



Artigo

Práticas e recursos pedagógicos na educação profissional de alunos com deficiência

Pedagogical practices and resources in the professional education of students with disabilities

Práticas y recursos pedagógicos en la educación profesional de estudiantes con discapacidad

Cesar Bresolin Salvaro¹, Denise Macedo Ziliotto², Daiane Pinheiro³

Universidade La Salle (Unilasalle), Canoas RS, Brasil

Resumo

A educação profissional, denominada inicialmente ensino industrial, foi instituída no país em 1909 e, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, tem como objetivo preparar para o exercício das profissões. A Educação Profissional de alunos com deficiência buscaria o desenvolvimento dos potenciais dos estudantes, proporcionando o exercício da cidadania; descrita na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, precisa prever e assegurar os serviços atinentes à educação especial para este público. A investigação centra-se na análise das práticas e recursos pedagógicos presentes na educação profissional de alunos com deficiência, com intuito de explicitar esta oferta educativa e suas especificidades. A pesquisa, de característica qualitativa, cunho descritivo e delineamento documental, foi desenvolvida em instituição que oferta percursos de formação para atuação no setor industrial. Os instrumentos para coleta de dados são publicações e documentos institucionais, examinados na perspectiva da análise de conteúdo. Os resultados indicam a observância de aspectos como a gestão colaborativa, o estabelecimento de diretrizes a partir de publicações institucionais e ainda a realização de flexibilização na matriz curricular dos cursos. Contudo, a história da formação profissional da pessoa com deficiência demonstra incidir majoritariamente na integração dos sujeitos no cenário produtivo, o que é visibilizado no contexto analisado. É importante que o ensino profissionalizante desenvolva instrumentos, estratégias, práticas e recursos de aprendizagem em uma concepção humanista e integradora, promovendo a igualdade de direitos e oportunidades e, sobretudo, a participação ativa na sociedade.

¹Mestre em Educação, Universidade La Salle. E-mail: cesarbresolinsalvaro@gmail.com Orcid id: <https://orcid.org/0000-0001-6176-0140>

²Doutora em Psicologia Social, Universidade La Salle. E-mail: denise.ziliotto@unilasalle.edu.br Orcid id: <https://orcid.org/0000-0001-9146-5425>

³Doutoranda em Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA. E-mail: daianepinheiroufopa@gmail.com Orcid id: <https://orcid.org/0000-0001-6572-3013>

Abstract

Professional education, initially called industrial education, was instituted in the country in 1909 and according to the Law of Guidelines and Bases, it aims to prepare for the exercise of professions. Professional education of students with disabilities would seek the development of their potentials on the citizenship exercise; described National Policy on Special Education in the Inclusive Education Perspective, needs to offer and ensure services related to special education for its public. The research focuses on the pedagogical practices and resources analysis present in students with disabilities' professional education, to make this educational offer and its specificities explicit. This qualitative study has descriptive nature and document design. It was developed in an institution that offers training courses for acting in the industrial sector. The data collection are publications and institutional documents, examined from the content analysis. The results indicate aspects as collaborative management, guidelines established based on institutional publications, and flexibility in the curricular matrix of the courses. However, the history of the person with disabilities' professional training shows to focus mainly on the integration subjects in productive scenario, which is visible in the analyzed context. It is important that professional education develops tools, strategies, practices and learning resources in a humanistic and integrative conception, promoting equal rights and opportunities and, especially, active participation in society.

Resumen

La educación profesional, inicialmente educación industrial, se instituyó en el país en 1909 y, de acuerdo con la Ley de Directrices y Bases, tiene como objetivo prepararse para las profesiones. La Educación Profesional de los estudiantes con discapacidad buscaría el desarrollo de las potencialidades de los estudiantes, proporcionando el ejercicio de la ciudadanía; descrito en la Política Nacional de Educación Especial en la Perspectiva de la Educación Inclusiva, necesita proveer y asegurar los servicios relacionados con la educación especial. La investigación se centra en el análisis de las prácticas y recursos pedagógicos presentes en la formación profesional de los estudiantes con discapacidad, en sus especificidades. La investigación, de carácter cualitativo, descriptivo y diseño documental, se desarrolló en una institución que ofrece cursos de formación para el desempeño en el sector industrial. Los instrumentos para la recopilación de datos son publicaciones y documentos institucionales, examinados desde la perspectiva del análisis de contenidos. Los resultados indican la observancia de aspectos como la gestión colaborativa, el establecimiento de directrices basadas en publicaciones institucionales y también la realización de flexibilidad en la matriz curricular de los cursos. Sin embargo, la historia de la formación profesional de las personas con discapacidad muestra principalmente en la integración el escenario productivo, que se visualiza en el contexto analizado. Es importante que la formación profesional desarrolle herramientas, estrategias, prácticas y recursos de aprendizaje en una concepción humanista e integradora, promoviendo la igualdad de derechos y oportunidades y, sobre todo, la participación activa en la sociedad.

Palavras-chave: Educação Especial, Inclusão, Trabalho.

Key Words: Special Education, Inclusion, Job.

Palabras clave: Educación Especial, Inclusión, Trabajo.

1. Introdução

A educação profissional e tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2008) que tem como objetivo preparar para o exercício de profissões, incidindo na inclusão no mundo do trabalho e na constituição da cidadania. Compreende cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, e de pós-graduação, abrangendo níveis diferentes de escolarização e desempenho. Pode articular-se à modalidade da educação de jovens e adultos e à educação básica no nível do ensino médio, enquanto oferta integrada, concomitante ou intercomplementar (concomitante na forma e integrado no conteúdo) e na forma subsequente (BRASIL, 2019b).

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) é responsável pela Política de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do país. Dentre os objetivos da secretaria está a democratização do acesso e a interiorização da EPT no país, atendendo à meta 10 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) que indica a intenção de oferecer no mínimo 25% das matrículas de jovens e adultos, no ensino fundamental e médio, integrada à educação profissional. Também busca responder à meta 11 que indica a intenção de triplicar as matrículas de educação profissional técnica de nível médio com qualidade e com 50% de ampliação na rede pública (BRASIL, 2019a).

No âmbito jurídico, a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e a Resolução CD/FNDE nº 3, de 16 de março de 2012, indicam a participação de estudantes com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica. Este documento tem como sustentação os princípios da inclusão enquanto um movimento social, político e educacional cujo objetivo está centrado na equidade e no respeito às diferenças (RODRIGUES, 2014). Nesta perspectiva, a educação profissional e tecnológica propõe oportunizar o acesso e inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por meio de métodos, estratégias e recursos que favorecem uma formação qualitativa e efetiva. No entanto, estudos reconhecem que este tem sido um desafio recorrente diante da baixa taxa de acesso e permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2017; OLIVEIRA, 2018). Ainda é importante assinalar que, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2018, apenas 1% dos trabalhadores com deficiência estão empregados, o que corresponde em números absolutos a 441.339 profissionais. Portanto, diante das relações sociais que se estabelecem, pensar na inclusão pela educação é algo urgente e necessário, principalmente na Educação Profissional (BRASIL, 2018).

Kuenzer e Grabowski (2006) explicitam que a educação profissional e tecnológica é ofertada no Brasil por inúmeras instituições de ensino que abrangem o Sistema “S”, escolas e centros mantidos por sindicatos, escolas de ensino médio e técnico, universidades e demais instituições de ensino superior, escolas e fundações empresariais, cursos promovidos por organizações não-governamentais, ensino profissional e regular livre, centros de formação de condutores, centros de formação em línguas e inúmeros outros espaços.

Diante deste contexto, foi desenvolvida investigação para analisar as práticas e recursos pedagógicos presentes na educação profissional de alunos com deficiência, com intuito de explicitar esta oferta educativa e suas especificidades. A pesquisa, de característica qualitativa, cunho descritivo e delineamento documental, foi desenvolvida em instituição que forma profissionais para atuação no setor industrial. O SENAI, *locus* da presente investigação, é uma das instituições responsáveis pela realização da educação profissional no país, a partir da Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008 (BRASIL, 2008).

Primeiramente são apresentados elementos que descrevem o contexto em que o objeto de pesquisa se insere, especialmente as temáticas relativas à educação profissional no Brasil e à educação para pessoas com deficiência.

2. Aspectos históricos da educação profissional

No Brasil, a educação profissional teve sua origem numa perspectiva assistencialista, voltada para os órfãos e classes populares, sendo que no século XIX foram criadas sociedades civis que através do ensino industrial oferecia capacitação teórica e prática a estes grupos sociais. Dentre as instituições criadas neste período estão os Liceus de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1858), de Salvador (1872), do Recife (1880), de São Paulo (1882), de Maceió (1884) e de Ouro Preto (1886). No começo do século XX houve uma mudança do poder público no modo de conceber a educação profissional, como forma de atender às demandas do campo econômico buscando, portanto, operários capacitados. Em 1906, o ensino profissional passou a ser competência da pasta do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MOURA, 2010).

A educação profissional - denominada inicialmente ensino industrial - começou a ser instituída quando Nilo Peçanha assumiu a presidência do Brasil e assinou, em 23 de setembro de 1909, o Decreto nº 7.566, criando 19 escolas de aprendizes artífices em diferentes unidades federativas, sob responsabilidade do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1910 quando instaurados os estabelecimentos de ensino, foram destinadas inicialmente à educação industrial, primária e gratuita (CUNHA, 2001). Na mesma década foram criadas escolas para a capacitação de ferroviários, tornando-se uma referência para o ensino técnico, evidenciando uma ampliação do campo de atuação, atendendo aos setores da agricultura e da indústria (MOURA, 2010).

Em 1927 o Congresso Nacional sancionou o Projeto de Fidéris Reis que previa a oferta obrigatória do ensino profissional. Em 14 de novembro de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, ainda, foi estruturada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, que passou a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices antes atreladas ao Ministério da Agricultura (KUNZE, 2009). Segundo Otranto (2015), em 1930 as escolas de Aprendizes Artífices deram lugar aos Liceus Industriais e em 1934 a Inspeção foi transformada em Superintendência do Ensino Profissional. Foi um período de expressiva expansão do ensino industrial, estimulada por uma política de

criação de novas escolas industriais e iniciação de novas especializações nas escolas (CARVALHO, 2016).

A primeira constituição brasileira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial foi a de 1937, que estabeleceu no artigo 129 que as escolas de aprendizes e artífices seriam transformadas em liceus profissionais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2017).

No início dos anos de 1940 foram criados diversos decretos-lei como forma de organizar a educação básica, evidenciando a importância que a educação, em especial a educação profissional, passou a ter dentro do Brasil. Os principais foram: Decreto nº 4.244, de 1942 – Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto nº 4.073, também de 1942 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto nº 6.141, de 1943 – Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto nº 8.529, de 1946 – Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto nº 8.530, de 1946 – Lei Orgânica do Ensino Normal; e Decreto nº 9.613, de 1946 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Além disso, o Decreto-lei nº 4.048, de 1942 – criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que deu origem ao que hoje se conhece como Sistema “S”. Na década de 1940, foi instituído o Ministério da Educação, as leis Orgânicas do Ensino Industrial, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e em 1946 o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) com objetivo de formar mão de obra para os setores econômicos produtivos do país (GRABOWSKI, 2010). Importante observar que estas ações evidenciam a intenção do governo de repassar à iniciativa privada a formação de trabalhadores para o contexto produtivo emergente (MOURA, 2010).

Segundo Otranto (2015), em 1959 as escolas industriais e técnicas passaram à categoria de autarquias e foram denominadas escolas técnicas federais, e em 1978 três delas transformaram-se em Centros Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (CEFETs): as do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Paraná (MANFREDI, 2002). Também em 1978, com a publicação original da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, estabeleceu-se a configuração de uma Educação Profissional (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019).

Em 1990, a educação profissional no Brasil começou a ocupar um lugar de destaque na agenda neoliberal devido às transformações no campo da Economia e do Trabalho. Nessa perspectiva, em 1996 foi implementada a reforma da educação profissional (Decreto Federal nº 2.208, de 1997). Em 2004, o Decreto Federal nº 5.154/2004 trouxe a reforma da reforma anterior, conservando a estrutura da educação profissional e apresentando novas formas de oferta na tentativa de estabelecer uma proposta educacional para articular o trabalho, a ciência e a cultura (MOLL, 2010). Para Oliveira (2016) as transformações realizadas na educação brasileira nos últimos anos, em especial no ensino profissionalizante - nos denominados cursos de preparação para o trabalho - foram conformando um novo panorama que favoreceu a formação e a inserção dos técnicos, além das reformulações de leis e decretos que compõem a política pública educacional.

A educação profissional pode ser uma estratégia que tem sua contribuição específica na construção de um projeto de nação autônoma e

desenvolvida, visto que pode colaborar na viabilização do exercício da cidadania. Assim, fornece aos cidadãos soluções para a inserção no mundo do trabalho, contribuindo com o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, principalmente ao enfatizar a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos (GRABOWSKI, 2010). De acordo com Oliveira (2003) o ensino profissionalizante proporciona o desenvolvimento do conhecimento já adquirido e melhora as oportunidades de geração de renda e inclusão social.

A educação profissional precisa vincular-se aos fins estratégicos de um processo que busca não apenas a inclusão em uma sociedade desigual, mas edificar uma sociedade fundamentada em igualdade social, econômica e política (OLIVEIRA, 2016). Batista e Müller (2015) argumentam que, nas últimas décadas, o formato de educação profissional no Brasil tem passado por reestruturações em sua pedagogia, na tentativa de redirecionar o padrão tradicional de qualificação. Ao invés de voltar-se para o interesse de um mercado compulsivo e capitalista, que visa atender ao máximo a demanda do mercado de trabalho, é necessário conceber uma revigorada formação pedagógica, “que não se retenha a ela e sim ultrapasse pela proposta de um ensino integral, que englobe política, filosofia, ética e demais conteúdos” (p. 55).

3. Educação profissional para pessoas com deficiência

A Educação Profissional para pessoas com deficiência busca promover o desenvolvimento dos potenciais desses estudantes, objetivando proporcionar o exercício pleno da cidadania (ANJOS, 2006). Este aspecto é evidenciado em documentos relativos às políticas educacionais inclusivas articulando a promoção deste processo por meio de serviços educacionais especializados. Mais precisamente, a educação profissional é mencionada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) enquanto uma modalidade de ensino que, como as demais, deve estar assegurada pelos serviços da educação especial (EE). Neste aspecto, a EE busca expandir as “oportunidades de escolarização, formação para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social” (BRASIL, 2008, p.12) de alunos com deficiência, transtornos do globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Anjos (2006) argumenta que a inclusão de pessoas com deficiência em programas de Educação para o Trabalho supõe a ampliação de sua presença em escolas de Ensino Médio e profissionalizantes. Desta forma, almeja-se a equiparação de oportunidades para todos, uma responsabilidade que deve ser assumida por toda a sociedade. No entanto, Fogli (2010) assinala as restritas oportunidades de formação profissional em cursos técnicos e tecnológicos oferecidos aos alunos público-alvo da educação especial. Para a autora, estes cursos, muitas vezes, estabelecem como pré-requisitos a escolaridade mínima já concluída e ainda se observa descrença nas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Silva (2011) identifica a exclusão das pessoas com deficiência dos processos de formação para o trabalho desde o começo da regulamentação da

Educação Profissional no Brasil. O ingresso aos cursos profissionalizantes era limitado àqueles que disponham de competências físicas e intelectuais para habilitarem-se ao aprendizado do ofício. Como consequência, as atividades profissionais de pessoas com deficiência acabavam restritas, muitas vezes sem inserção no mercado de trabalho.

Nesta direção Oliveira (2017) pesquisou as relações entre deficiência, trabalho e educação, constatando que há alunos com deficiência em cursos profissionalizantes em instituições filantrópicas, com o cunho de desenvolver habilidades manuais, mas sem encaminhamento para o mundo do trabalho. Segundo a autora, evidencia-se uma afirmativa ideológica de que não há outras possibilidades para as pessoas com deficiência, pautando-se na ideia de que a Educação Profissional é pouco efetiva, sendo vista como assistencialista.

Cordeiro (2013) percebe que pessoas com deficiência matriculadas em escolas de Educação Profissional são aquelas que expõem deficiências que não estão relacionadas às incapacidades significativas, ou ainda pessoas que desenvolveram autonomia satisfatória sem necessidade de amplas adaptações em equipamentos, materiais e no ambiente escolar. Pois, para chegarem à Educação Profissional, transpuseram muitas barreiras e conseguiram cursar toda ou a maior parte da trajetória da Educação Básica. Embora a Educação Profissional de alunos com deficiência seja um desafio, Oliveira (2003) denuncia que não se evidencia, como seria esperado, como solução ampliada e universal no interior dos diversos sistemas de ensino.

Oliveira (2017) argumenta que a oferta e os modelos de cursos de Educação Profissional (nos níveis básico e médio), precisam levar em consideração a legislação, onde estão previstas probabilidades de uma organização flexível, respeitando as demandas dos alunos com deficiência e as realidades das instituições. Assim, o ingresso e permanência deverão ser assegurados por meio ajustes organizacionais relativos às condições estruturais da instituição e à formação do quadro docente.

A educação é um fator primordial no processo de mudança, contribuindo para a escolha profissional, o ingresso no ensino superior, a inserção no mercado de trabalho e a melhora da autoestima dos alunos (CUNHA, 2011). A inclusão na Educação Profissional está além da aplicação de técnicas e recursos adaptados; trata-se de um processo histórico permeado por contradições e desafios constantes, a serem afrontados a partir de uma visão crítica sobre a realidade educacional, em prol da humanização de todos os alunos.

4. Percorso investigativo

O objeto deste estudo volta-se para os alunos com deficiência no escopo da Educação Profissional. O delineamento da investigação é de natureza qualitativa, buscando a caracterização, a compreensão e a interpretação de dados observados em um grupo específico (MOURA; FERREIRA, 2005). Associada a esta abordagem, a pesquisa é descritiva tendo em conta necessidade de apresentar e interpretar o objeto em estudo, sendo empregado para identificar, registrar e analisar as variáveis que se inter-relacionam com o

objeto pesquisado, conhecendo-o e interpretando-o (BARROS; LEHFELD, 2007).

Trata-se de uma pesquisa documental, procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para uma avaliação diagnóstica, apreensão e captação de documentos dos mais variados tipos. É preciso considerar o contexto, não apenas manter o foco no conteúdo, mas na utilização e a função dos documentos, uma vez que são meios para compreender e decifrar um caso específico de uma história de vida ou de um processo. Neste sentido, quando os documentos analisam diretrizes, ações e procedimentos, havendo necessidade de realizar a coleta de dados também em materiais que possibilitem evidenciar, ou mesmo confrontar, as normativas descritas nas publicações, de forma a analisar criticamente o contexto analisado (FLICK, 2009).

A escolha de pesquisa na perspectiva documental elege como fonte de coleta de dados as publicações impressas e digitais institucionais do SENAI em seu programa SENAI de Ações Inclusivas (PSAI) – em nível nacional e estadual – no período compreendido entre 2002 e 2019 e registros relativos às diretrizes e materiais de apoio do programa. Estes últimos estão contextualizados em nível regional, em unidade do SENAI no RS, situando a materialidade da oferta educativa e o acesso aos documentos relativos aos estudantes e trilha de aprendizagem dos cursos. Neste sentido também são examinadas informações presentes nos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos (PPCs), nos documentos de planejamento e avaliação, na organização e oferta dos cursos, atas de reuniões e protocolos institucionais.

Os dados coletados a partir dos diversos documentos foram submetidos à análise de conteúdo formulada por Bardin (2011), possibilitando a exploração dos dados através dos documentos identificados. Foram observadas as etapas: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação, como condições para estabelecer o procedimento analítico.

5. Apresentação e discussão dos resultados

Inicialmente é contextualizado o escopo de análise da Educação Profissional atinente a uma das instituições do sistema S: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Criado pelo Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, seu objetivo é promover a formação profissional de trabalhadores e cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse para a indústria e atividades assemelhadas. É uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, vinculada ao sistema sindical. Possui um regime de unidade normativa e de descentralização executiva (SENAI, 2016). Para a realização das atividades são constituídos órgãos normativos – o Conselho Nacional do SENAI, com jurisdição em todo o país, e os Conselhos Regionais, com jurisdição em cada uma das 27 unidades da Federação, e de administração regional e nacional, sob a organização e administração da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e das Federações das Indústrias (SENAI, 2012).

O Decreto nº 494, de 10 de janeiro de 1962, regulamenta seu funcionamento que é mantido pela contribuição social das empresas

industriais, que recolhem 1% sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados (BRASIL, 1962). No intuito de atender aos marcos políticos e pedagógicos, o SENAI realiza diversas ações ligadas à responsabilidade social e à promoção da diversidade no mercado de trabalho. Segundo o documento do SENAI (2013) *Ações inclusivas*, a instituição é consciente da importância da educação na construção de uma sociedade inclusiva e de seu papel enquanto *locus* de ensino profissionalizante para o alcance da democratização e universalização do ensino.

A Educação Profissional ofertada pela instituição SENAI tem o objetivo de garantir a competitividade das empresas, por meio da rede de institutos SENAI de Inovação e Tecnologia, através de consultoria e de desenvolvimento de pesquisa e serviços técnicos e tecnológicos. Ao todo são 61 institutos de tecnologia e 26 institutos de inovação no Brasil. O Programa SENAI de Ações Inclusivas (PSAI) tem como objetivo incluir nos cursos de Educação Profissional do SENAI pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades, diferentes etnias, oportunizar às mulheres o acesso aos cursos voltados predominantemente para homens e vice-versa, bem como requalificar pessoas acima de 45 anos, ampliando possibilidades de inserção e permanência no mercado de trabalho. O programa é coordenado pelo Departamento Nacional (DN) e desenvolvido nos Departamentos Regionais (DRs) (SENAI, 2019).

Implantado em 2011, o PSAI ocorreu como experiência-piloto em seis escolas localizadas em cada uma das regiões do país: (a) Sul – Rio Grande do Sul e Santa Catarina; (b) Norte – Amazonas; (c) Centro-Oeste – Distrito Federal (Gama); (d) Nordeste – Alagoas; e (e) Sudeste – São Paulo. (SENAI, 2012). Atualmente é ofertado em todas as escolas da rede SENAI.

5.1 O PSAI em contexto

Com intuito de dar visibilidade às diretrizes e norteadores do PSAI, a partir da compreensão de sua modalidade formativa, foi escolhido um dos percursos educativos realizados na unidade onde foi desenvolvido o estudo documental, que atende às demandas da indústria coureiro-calçadista da região, sendo apresentado em suas especificidades. O curso Auxiliar de Linha de Produção, e destina-se aos jovens com deficiência, com idade mínima de 17 anos e 6 meses de idade no início do curso, e para a prática profissional supervisionada 18 anos completos ou mais, necessários para atuar na empresa, escolaridade condicionada à sua capacidade de aproveitamento (art. 28, § 2º, do Decreto nº 3.298, de 1999), e autonomia nas atividades da vida diária.

O percurso conta com dois módulos compostos por três componentes curriculares: Educação para o Trabalho, Capacidades técnicas e Prática profissional supervisionada, totalizando 800 horas. O Módulo I é desenvolvido no SENAI priorizando gerir as atividades teóricas e práticas de modo flexível e observando as particularidades de cada aluno. Estas ações são possíveis tendo em conta a análise prévia - feita pelos professores e a equipe pedagógica - das características dos estudantes, identificadas por meio de

questionários enviados aos familiares ou entidades que possam ter feito a indicação dos candidatos à formação. Neste módulo os alunos aprendem a executar funções de auxiliar de produção com atividades menos complexas, como separação, deslocamento, embalagem de produtos, entre outras atividades. Ao final, é realizado um conselho de classe para subsidiar a passagem destes alunos ao próximo módulo.

O segundo módulo é desenvolvido nas empresas, sob a supervisão e o acompanhamento pedagógico do SENAI. As práticas educativas são desenvolvidas nos postos de trabalho que já foram previamente avaliados pela equipe pedagógica do SENAI, pela área de Recursos Humanos (RH) e pelo técnico de segurança do trabalho da empresa, no documento denominado Relatório da Visita para as Práticas Educativas.

Quadro 1 – Matriz curricular Curso Auxiliar Linha de Produção (PSAI)

Módulo	Componentes curriculares	Carga Horária	Total CH
	Educação para o Trabalho	120h	400h
	Capacidades Técnicas	280h	
	Prática Profissional Supervisionada		400h
Total			800 h

Fonte: SENAI, 2017.

Os alunos são ‘apadrinhados’ por funcionários da empresa, ou seja, são acompanhados e monitorados individualmente. Os responsáveis fazem reuniões onde são apresentados os pareceres descritivos de cada aluno, destacando suas capacidades e desempenhos em determinadas competências. Objetiva-se com isso alcançar melhor desenvolvimento dos alunos em funções específicas, a serem executadas nos postos de trabalho a serem ocupados. Esse é um processo de observação feita pelo instrutor e pelo padrinho que acompanham o estudante.

Os alunos passam por ciclos de adaptação ao posto de trabalho - ficam 15 dias em cada atividade - até que todos tenham passado pelas funções previstas. Mais uma vez, ao final deste ciclo realiza-se uma reunião entre os padrinhos, a equipe pedagógica do SENAI e o RH da empresa, objetivando determinar os novos postos de trabalho correspondente a cada aluno, tendo em conta o desempenho de suas habilidades no desenvolvimento das atividades propostas.

A seguir serão apresentados os resultados advindos da análise dos documentos institucionais que foram classificados, em relação aos objetivos da pesquisa, em três categorias: gestão colaborativa, publicações institucionais e flexibilização curricular. A partir destes elementos são explicitados e analisados os recursos e práticas pedagógicas realizadas no âmbito do programa PSAI para a educação profissional de alunos com deficiência

5.2 Gestão colaborativa – GAL

Uma das diretrizes da metodologia de implantação do PSAI diz respeito à constituição de Grupos de Apoio Local (GAL), formados por entidades, associações, instituições públicas e privadas que atendem pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades. O GAL é formado por representantes de entidades civis, dos órgãos públicos que trabalham com inclusão do município, representantes das empresas, coordenador pedagógico, secretários de escolas e instrutores envolvidos com as turmas de Inclusão no SENAI. Dentre as atribuições deste grupo está o apoio às unidades operacionais (escolas) para sensibilizar a comunidade local para a educação inclusiva, e adequar/adaptar e flexibilizar o plano e projeto dos cursos de educação profissional (SENAI, 2013).

A partir da composição deste grupo multiprofissional, o GAL atua no apoio do processo de capacitação dos docentes do SENAI-RS, encaminha candidatos com deficiência interessados em ingressar nos cursos de Educação Profissional do SENAI-RS; contribui com o processo de adequação didático-pedagógica dos programas dos cursos e dos equipamentos, sugerindo alternativas para a inclusão das pessoas com deficiência nos cursos de Educação Profissional; apoia na adequação da estrutura física e ergonômica do CFP SENAI (conforme Norma 9050); acompanha e avalia o processo de capacitação profissional dos alunos com deficiência e fomenta ações de sensibilização e divulgação junto à comunidade empresarial com o intuito de discutir questões relacionadas às pessoas com deficiência (SENAI, 2013).

O GAL também trata de assuntos relativos ao aproveitamento de alunos, evasões, desistências ou cancelamentos ao longo do curso. Desta forma a equipe pedagógica consegue realizar o acompanhamento dos egressos, com base nos relatos de representantes estratégicos das empresas como gestores de RH que compartilham retornos acerca do desempenho dos alunos na etapa de aprendizado nas organizações. Nas reuniões bimestrais do GAL no Centro de Formação Profissional (CFP) SENAI são identificadas necessidades de possíveis adaptações curriculares para o melhor aproveitamento dos alunos. Essas reuniões são descritas em atas de reunião e enviadas ao DR-RS para revisão, orientação das dificuldades e possíveis debates para alteração do PSAI.

5.3 Publicações institucionais

Foram identificadas 16 publicações institucionais acerca da educação profissional para alunos com deficiência e relativas à educação inclusiva (pertinentes ao escopo da pesquisa), no período entre 2002 e 2019. Todas as publicações são gratuitas e com distribuição nacional. Os materiais são publicações físicas ou digitais, institucionais nacional ou regionais, produzidas e disponibilizadas pelo DN e os DRs.

Quadro 2 – Publicações institucionais PSAI

Ano	Documento	Conteúdo
2016	Glossário de Termos Técnicos em LIBRAS – Curso Técnico em Informática / FIEMA, SENAI – SENAI/DR-MA, PSAI – São Luís.	Curso técnico de informática, a partir de um glossário de termos técnicos em LIBRAS.
2016	Guia de avaliação certificação educacional adequado para pessoa com deficiência / SENAI, Adriana Barufaldi. Brasília: SENAI.	Procedimentos de avaliação e de certificação dos estudantes com deficiência.
2015	Método de adequação de curso para inclusão da pessoa com deficiência/ SENAI - Brasília: SENAI.	Ações e estratégias que abrangem o âmbito de currículo, avaliação e certificação para alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais.
2014	Inclusão e Acessibilidade na Indústria: cartilha: Metodologia SESI SENAI de Gestão e Qualificação Profissional para inclusão da pessoa com deficiência na Indústria/SESI-Brasília: SESI/DN.	Cartilha sobre colaboradores com deficiência: conceitos, definições legais sobre a deficiência, etapas do processo desde o recrutamento e seleção até a gestão.
2013	Inclusão na Educação Profissional 2012. Brasília: SENAI.	Boas práticas de inclusão
2012	Glossário técnico na língua brasileira de sinais - LIBRAS/Daiani Machado, Darley Goulart Nunes, Morgana Machado Tezza. Brasília: SENAI/DN.	Cursos técnicos do SENAI, sua aplicação e seus respectivos sinais em LIBRAS.
2012	Desafios e sugestões para avaliação de pessoas com deficiência nos cursos de educação profissional do SENAI/Brasília: SENAI/DN.	Ações realizadas nos estados sobre as práticas de avaliação de competências destinadas às pessoas com necessidades educacionais especiais.
2011	Inclusão na educação profissional do SENAI/Loni Elisete Manica [et al.]. – Brasília: SENAI/DN.	Ações de inclusão realizadas em todo o Brasil, relatadas em artigos sobre práticas relacionadas a uma educação profissional para a diversidade.
2010	Orientações técnico-pedagógicas para a educação profissional e tecnológica de pessoas com deficiência/SENAI. DN.	Subsídio para planejamento, operação e avaliação de projetos e ações formativas com foco nesse público.
2010	Orientações para as escolas do SENAI no atendimento à diversidade/ SENAI. DN.	Atendimento na diversidade
2009	Glossário de termos técnicos, equipamentos e ferramentas utilizados em eletricidade / SENAI.DR/MG.	Glossário de termos técnicos em LIBRAS
2008	Glossário de Termos Técnicos na Língua Brasileira de Sinais - Libras – Área Metalmeccânica. /SENAI. Porto Alegre.	Glossário de termos técnicos em LIBRAS.
2007	Estudo sobre inovações tecnológicas e recursos didáticos - pedagógicos/ SENAI. Brasília: SENAI/DN.	Inovações e materiais adaptados, constituindo um cadastro de experiências bem sucedidas em diversos DRs.

2005	Oficina de sensibilização para uma educação inclusiva / José Afonso Rodrigues Pascoal. Brasília: SENAI/DN; Paraíba: SENAI/PB.	Conjunto de técnicas e de dinâmicas adaptadas para atividade de integração e conscientização em ambientes diversos
2003	Capacitação dos docentes do SENAI para identificação e atendimento de alunos com altas habilidades / superdotados: módulo teórico: lições I a 8. Brasília.	Kit de materiais do curso de Capacitação dos Docentes do SENAI para identificação e Atendimento de Alunos com Altas Habilidades / Superdotados.
2002	Legislação e normas: inclusão das pessoas com necessidades especiais nos programas de educação profissional do SENAI. Brasília, SENAI / DN.	Conceitos de Necessidades Especiais, Deficiência e Altas Habilidades, compilação comentada das recomendações internacionais e dos artigos legais mais atuais sobre o tema.

Fonte: Dados da pesquisa

A produção de materiais de referência institucionais, considerando a abrangência nacional do programa PSAI, é fundamental para que possa favorecer o acesso enquanto documento que registra a história da educação profissional no SENAI e, fundamentalmente, pelas diretrizes e informações que se propõe a compartilhar. Observa-se o aumento das publicações entre 2010/2016, sendo importante assinalar a existência de iniciativas das unidades regionais na produção de documentos (SENAI 2005, 2006, 2008, 2009).

No quadro a seguir, os documentos institucionais foram classificados por temáticas que congregam o conteúdo atinente às publicações, desenvolvendo etapa subsequente da análise documental.

Quadro 3 – Categorização das publicações PSAI

Categoria	Documento
Glossários	Glossário de Termos Técnicos em Libras – Curso Técnico em Informática, 2016.
	Glossário técnico na língua brasileira de sinais – Libras, 2012.
	Glossário de termos técnicos, equipamentos e ferramentas utilizados em Eletricidade, 2009.
	Glossário de Termos Técnicos na Língua Brasileira de Sinais – Libras – Área Metalmeccânica, 2008.
Norteadores institucionais sobre Inclusão/ Legislação	Inclusão e Acessibilidade na Indústria, 2014.
	Inclusão na Educação Profissional, 2012.
	Inclusão na educação profissional do SENAI, 2011.
	Legislação e normas: inclusão das pessoas com necessidades especiais nos programas de educação profissional do SENAI, 2002.
Diretrizes e recursos pedagógicos	Guia de avaliação certificação educacional adequado para pessoa com Deficiência, 2016.
	Método de adequação de curso para inclusão da pessoa com deficiência, 2015.
	Desafios e sugestões para avaliação de pessoas com deficiência nos cursos de educação profissional do SENAI, 2012.

	Orientações técnico-pedagógicas para a educação profissional e tecnológica de pessoas com deficiência, 2010.
	Orientações para as escolas do SENAI no atendimento à diversidade, 2010.
	Oficina de sensibilização para uma educação inclusiva, 2005.
	Capacitação dos docentes do SENAI para identificação e atendimento de alunos com altas habilidades, 2003.
	Estudo sobre inovações tecnológicas e recursos didático-pedagógicos, 2007.

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação ao conteúdo das publicações, identifica-se que abrangem três dimensões: glossários para Libras, norteadores institucionais e legais sobre educação inclusiva e diretrizes e recursos pedagógicos institucionais. A presença significativa de glossários sugere contingente significativo de alunos surdos ou com deficiência auditiva, o que pode repetir uma evidência do mercado de trabalho, onde a presença de trabalhadores com estas características sobrepõe os demais. Analisando os tipos de deficiência informados à RAIS, os subconjuntos mais representados eram empregados com deficiência física (212,9 mil empregos, 48,2% empregados) e deficiência auditiva (83,2 mil empregos, 18,9% empregados), seguidos pela deficiência visual (62,1 mil empregos, 14,1% empregados), reabilitados (38,8 mil empregos, 8,8% empregados), deficiência intelectual (36,7 mil empregos, 8,3% empregados) e deficiência múltipla (7,7 mil empregos, 1,7% empregados). Os dados indicam que os empregados com deficiência física e auditiva correspondem a 67,1% dos empregados com deficiência (BRASIL, 2018).

Há alusão ao grupo de estudantes com altas habilidades, que é um dos públicos a ser atingido com o programa (SENAI, 2003) mas os alunos com condutas típicas não são objeto das publicações, bem como as diferentes etnias, mulheres e as pessoas acima de 45 anos. A distribuição e o alcance efetivo destas publicações aos instrutores, que concretizam o programa junto aos alunos, é uma questão crucial para a efetividade destes dispositivos, bem como a atualização constante das diretrizes, pois o último documento é do ano de 2016.

5.4 Flexibilização curricular

A importância da flexibilização curricular no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência é assinalada por pesquisadores como Fogli (2010), Zanote (2011), Cordeiro (2013), Cardoso (2016) e Oliveira (2017). Mendes (2002) entende que a escola deve transformar-se, formando uma rede de suportes capaz de desenvolver pessoas, gerar serviços na escola, na comunidade e na região. No aspecto educacional, é importante que tenha capacidade de planejar, programar e avaliar programas para diferentes alunos em ambientes da escola; no aspecto pedagógico, é preciso que descentralize a figura do docente, incentivando tutorias por colegas, efetivação de currículos flexíveis e o uso de estratégias de ensino que favoreçam a inclusão. Na mesma direção, Dalbosco (2016) compreende importante adotar estratégias

pedagógicas que flexibilizem o currículo de acordo com as individualidades dos alunos com deficiência.

O documento intitulado Método de adequação de curso para inclusão da pessoa com deficiência (SENAI, 2015) descreve propostas que se alinham às diretrizes, descritas por Mendes (2002) e Dalbosco (2016). O documento destina-se a ofertar norteadores para a adaptação curricular nos diferentes cursos oferecidos, concebendo o currículo como o conjunto de experiências a serem vivenciadas pelo aluno, considerando seus conhecimentos anteriores e valorizando seus interesses. Por outro lado, reconhece que são restritas as publicações acerca da flexibilização curricular que sirvam de referência para o campo da Educação Profissional. Segundo Zanote (2011) os programas de aprendizagem devem dinamizar a mobilização dos saberes obtidos nas atividades teóricas e práticas, levando em consideração que a aprendizagem teórica - que na maior parte do tempo acontece em sala de aula - fornece elementos importantes para a aprendizagem prática.

Considerando o foco do PSAI para a Educação Profissional, as adequações individuais - sejam de currículo, de avaliação e/ou de certificação - são necessárias e até mesmo imprescindíveis para alinhar a prática docente ao conceito de equiparação de oportunidades, respeitando as características do aluno. Neste sentido a instituição de formação entende que “é preciso olhar para cada aluno e observar como ele poderá ter o melhor acesso possível às máquinas, ferramentas e equipamentos, o que muitas vezes implica adequar algo exatamente para suas condições” (SENAI, 2015, p. 91). O referido documento descreve processos para a adequação das estratégias educacionais: 1º) estabelecimento de rede de contatos com os públicos afetos à Educação Profissional; 2º) elaboração de perfis profissionais por competência, baseados em análises funcionais que levam em conta o contexto do trabalho; 3º) elaboração de desenhos curriculares e itinerários formativos, que constituirão os planos de curso, a partir dos perfis profissionais por competência; 4º) prática pedagógica propriamente dita define a seleção de estratégias de ensino, a mediação da aprendizagem, o processo educacional e, também, o processo de avaliação.

Em consonância, o acompanhamento e o processo de avaliação dos alunos com deficiência, precisa observar as diretrizes inclusivas. Portanto, as avaliações são preponderantemente qualitativas, configurando um parecer descritivo que, segundo as premissas da Educação Profissional Inclusiva do SENAI-RS (SENAI, 2013), embora utilizando instrumentos de avaliação e de registro iguais a todos os alunos, ou mesmo adequando às especificidades dos alunos com deficiência, não se deve interpretá-los igualmente para todos. O acompanhamento do processo de aprendizagem deverá levar em consideração as individualidades e especificidades dos estudantes aluno e ter registro na ficha de adequação curricular - PSAI, seguindo as seguintes estratificações:

Quadro 4 – Categorias avaliativas de certificação PSAI

Sigla	Conceito	Critério
CE	Capacidade evidenciada	O aluno apresentou evidências das capacidades básicas, técnicas e de gestão, durante o desenvolvimento do trabalho em consonância com o perfil, obtendo os resultados esperados.
ED	Capacidade técnicas em desenvolvimento	O aluno evidenciou parcialmente o desenvolvimento das capacidades básicas, técnicas e de gestão.
CNE	Capacidade não evidenciada	O aluno não apresentou evidências das capacidades básicas, técnicas e de gestão, durante o desenvolvimento do trabalho em consonância com o perfil, não obtendo os resultados esperados.

Fonte: SENAI, 2015

Ao término do segundo módulo de formação, o aluno deverá apresentar evidências que demonstrem um desempenho crescente, e a certificação poderá ser atribuída em duas qualificações: a) certificação profissional parcial com descritivo das capacidades básicas, técnicas e de gestão desenvolvidas. Destina-se aos alunos que não conseguirem demonstrar todas as capacidades descritas no perfil profissional, sendo expedida individualmente uma certificação de conclusão denominada certificação profissional parcial, conforme o alcance das capacidades técnicas e de gestão desenvolvidas, em conformidade com o disposto no Parecer 56/2006 do CEED e a Resolução CNE/CEB nº 2/2001; ou b) ao aluno que apresentar todas as capacidades será conferido o Certificado de Auxiliar de Linha de Produção – CBO/2002: 7842-05.

O conselho de classe se configura em um momento de reflexão sobre o processo de aprendizagem a partir dos instrumentos avaliativos, tendo por objetivo a tomada de decisões para equacionar as dificuldades apresentadas e realizar encaminhamentos adequados, efetivando os processos relativos à flexibilização curricular.

6. Considerações finais

Este artigo analisou a formação profissional e tecnológica para pessoas com deficiência, na perspectiva das práticas e recursos pedagógicos atinentes a este escopo. De acordo com o *locus* de análises eleito – SENAI e o direcionamento dado ao PSAI dentro deste contexto formativo - foi possível observar aspectos relativos ao percurso educativo oferecido alunos com deficiência. Enquanto investigação documental foram analisadas publicações, PPCs, atas de reuniões e registros institucionais relativos ao programa em questão, avaliados em seu conteúdo e categorizados em três dimensões: gestão colaborativa, publicações institucionais e flexibilização curricular.

Os resultados evidenciam que a perspectiva inclusiva da educação neste campo ainda se encontra em construção. Este aspecto é mencionado nos documentos do programa, ao reconhecer um escasso suporte teórico para

articular a inclusão dos alunos com deficiência em percursos de formação profissional e tecnológica. Observa-se que não há referência aos serviços da educação especial nos documentos analisados. Concebendo que a orientação, formação e as práticas pedagógicas ofertadas pelos serviços especializados são elementos decisivos para a efetividade da aprendizagem, ressalta-se a importância de sua implantação nos percursos educativos ofertados.

A inclusão entendida no PSAI como a inserção no mercado de trabalho e a formulação de curso específico para pessoas com deficiência não atendem plenamente aos princípios da inclusão educacional, que prevê a igualdade de oportunidades de aprendizagem compartilhado nos mesmos espaços de ensino. Desta forma, seria importante que o conceito de ensino se desloque da instrumentalização do aprendizado - muitas vezes concentrado em operações práticas e técnicas do serviço prestado – para a condição da Educação Profissional.

A história da formação profissional da pessoa com deficiência muitas vezes incidiu somente na consecução da integração dos sujeitos no cenário produtivo, o que ainda repercute no contexto analisado. É importante que o ensino profissionalizante adote instrumentos, estratégias, práticas e recursos de aprendizagem em uma perspectiva humanista, de promoção da igualdade de direitos e oportunidades e sobretudo de participação ativa na sociedade. Deste modo, a presente investigação propõe a reflexão sobre a oferta educativa para pessoas com deficiência, particularmente no contexto de formação profissional, fomentando oportunidades de ampliação de seus recursos e potencialidades.

Referências

ANJOS, Isa Regina Santos dos. **Programa TEC NEP: avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva**. São Carlos: UFSCar, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. ed. ver. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Adail Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. Pearson Prentice Hall, São Paulo, 2007.

BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha (Orgs). **Realidades da Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Ícone, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 494, de 10 de janeiro de 1962**. Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Brasília, 1962. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103811/decreto-494-62>. Acesso em: 02 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, 2008. Disponível em:

SALVARO, C. S.; ZILIOOTTO, D. M.; PINHEIRO, D. *Práticas e recursos pedagógicos na educação profissional de alunos com deficiência*. Dossiê Práticas educativas emergentes: desafios na contemporaneidade

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pronatec**. 2019a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em: 20 de dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional e Tecnológica**. 2019b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2017**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais>. Acesso em: 31 de mar. 2019.

CARDOSO, Maria Heloisa de Melo. Inclusão de alunos com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica. 2016. 166f. Dissertação (Pós Graduação em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE), 2016.

CARVALHO, Carlos Henrique de; FERREIRA, Ana Emília Souto. **Impasses e desafios à organização da instrução pública primária no Brasil (1890-1930)**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

CORDEIRO, Daiana Rosa CavaglieriLiuthevicene. **A inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de educação profissional**. 2013. 184f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

CUNHA, Angélica Moura Siqueira. **Educação Profissional e inclusão de alunos com deficiência: um estudo no Colégio Universitário/UFMA São Luís**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOGLI, Bianca Fátima Cordeiro dos Santos. **A dialética da inclusão em Educação: uma possibilidade em um cenário de contradições - “Um estudo de caso sobre a implementação da política de inclusão para alunos com deficiência na rede de ensino Faetec”**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2010.

GRABOWSKI, Gabriel. **Financiamento da Educação Profissional no Brasil: contradições e desafios**. 2010. 222f. Tese. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, jan./jun. 2006. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10762>. Acesso em: 09 nov. 2019

KUNZE, Nádia Cuiabano. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v.2, n.2, p.8-24, jul. 2009. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2939>. Acesso em: 01 out. 2019

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES, Marina Silveira; MARTINS, Simone (orgs). **Escola Inclusiva**. São Carlos: EduFSCAR., p – 61-85, 2002.

MOLL, Jaqueline. Escola de tempo integral. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade et el. **Dicionário trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2010.

MORAES, Gustavo Henrique; ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. de. **As estatísticas da Educação Profissional e Tecnológica**: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, Jaqueline; [et al.]. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Maria Lucia Seidl de; FERREIRA, Maria Cristina. **Projetos de Pesquisa**: elaboração, redação e apresentação. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.

OLIVEIRA, Deise Cristina Silva de. **Formação técnica e a inserção do jovem e do adulto no mercado de trabalho**: estudo na cidade de Guaratinguetá. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2016.

OLIVEIRA, Fábيا Carvalho de. **Educação profissional de pessoas com deficiência**: política e produção acadêmica, no Brasil, pós Lei 8.213/1991. 2017.192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-28112018-151700/pt-br.php>. Acesso em: 16 nov. 2019.

OLIVEIRA, José Adelmo Menezes de. **Formação profissional da pessoa com deficiência**: uma experiência da Escola Técnica Federal de Sergipe/Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (2001-2007). 2018. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

OLIVEIRA, Ramon de. **A (des) qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003.

OTRANTO, Celia Regina. **A política de educação profissional do governo Lula: Novos caminhos da educação superior**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, Natal: Anped, 2015. p. 1 - 17. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/GT11-315%20int.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

RODRIGUES, David. Os desafios da equidade e da inclusão na formação de professores. In: **A Inclusão nas Escolas**. (Org) Felicity Armstrong, David Rodrigues. Coleção: Questões-Chave da Educação Edição: Fundação Francisco Manuel dos Santos 1.^a edição. 2014.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Departamento Nacional. **Ações do SENAI para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Brasília: SENAI/DN, 2017.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Departamento Nacional. **Ações inclusivas SENAI/DN**. Brasília: SENAI, 2013.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Departamento Nacional. **Capacitação dos docentes do SENAI para identificação e atendimento de alunos com altas habilidades / superdotados: módulo teórico: lições I a 8**. Brasília: SENAI, 2003.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Departamento Nacional. **Desafios e sugestões para avaliação de pessoas com deficiência nos cursos de educação profissional do SENAI**. Brasília: SENAI/DN, 2012.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Departamento Nacional. **Estudo sobre inovações tecnológicas e recursos didáticos – pedagógicos**. Brasília: SENAI/DN, 2007. 2008. (Educação Profissional para a Nova Indústria, nº 12)

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Departamento Nacional. **Glossário de termos técnicos, equipamentos e ferramentas utilizados em eletricidade**. Brasília: SENAI, 2009.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Departamento Nacional. **Guia de avaliação certificação educacional adequado para pessoa com deficiência**. Adriana Barufaldi. Brasília: SENAI, 2016.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Departamento Nacional. **Inclusão na Educação Profissional 2012**. Brasília: SENAI, 2013.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Departamento Nacional. **Inclusão na Educação Profissional do SENAI**. Loni Elisete Manica; [et al.]. Brasília: SENAI/DN, 2011.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Departamento Nacional. **Método de adequação de curso para inclusão da pessoa com deficiência**. Brasília: SENAI, 2015.

SALVARO, C. S.; ZILIO, D. M.; PINHEIRO, D. *Práticas e recursos pedagógicos na educação profissional de alunos com deficiência*. Dossiê Práticas educativas emergentes: desafios na contemporaneidade

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Departamento Nacional. **Orientações para as escolas do SENAI no atendimento à diversidade**. Brasília: SENAI, 2010.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Departamento Nacional. **Orientações técnico-pedagógicas para a educação profissional e tecnológica de pessoas com deficiência**. Brasília: SENAI, 2010.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Departamento Regional do Rio Grande do Sul. **Glossário de Termos Técnicos na Língua Brasileira de Sinais - Libras - Área Metalmeccânica**. Porto Alegre: SENAI-RS, 2008.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. Departamento Nacional. **Inclusão e Acessibilidade na Indústria**: Cartilha: Metodologia Sesi SENAI de Gestão e Qualificação Profissional para inclusão da pessoa com deficiência na Indústria. Brasília: Sesi/DN, 2014.

SILVA, Izaura Maria de Andrade da. **Políticas de Educação Profissional para pessoas com deficiência**. 2011. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011

VIEIRA, Alboni Marisa DudequePianovski; SOUZA JUNIOR, Antonio de. A educação profissional no Brasil. **Interacções**, Lisboa, v. 12, n. 40, p.152-169, 2017. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>. Acesso em: 27 out. 2019.

ZANOTE, Marco Aurélio. **Avaliação de competências profissionais de aprendizes com deficiência**: um estudo de caso. 2011. 172 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2011.

Contribuição dos autores

Autor 1: coleta dados, análise dados e escrita resultados

Autor 2: análise dados, escrita resultados

Autor 3: norteadores revisão teórica, análise resultados

Enviado em: 17/outubro/2020 | Aprovado em: 30/dezembro/2020